

1. António reside num prédio em Lisboa, cujo regulamento de condomínio proíbe os condóminos de fumarem nos seus apartamentos (frações autónomas). António considera que essa norma é ilegal, até inconstitucional, por impedir a liberdade de ação na sua própria casa (artigo 1420.º do Código Civil).

O condomínio baseia a sua regra no artigo 1422.º do Código Civil. Quem tem razão?

Imagine que tem que decidir. Faça-o seguindo a trajetória seguinte:

- a) Qual seria a solução de acordo com a teoria clássica da interpretação? (2 valores)
- b) Como trataria a questão se aplicasse as teorias realistas? (2 valores)
- c) Que princípios estariam em causa e que solução seria consentânea com esses princípios? (2 valores)
- d) Como aplicaria a equidade, tendo em consideração a sua aceção forte e a sua aceção fraca? (2 valores)

2. Zangado com a atitude do condomínio, António deixou de pagar as quotas. Entretanto, em Janeiro de 2013, vendeu a casa a Zulmira. Nessa altura, devia já 6 meses de quotas. Entre os juristas era muito discutida a responsabilidade pelo pagamento de quotas atrasadas em caso de transmissão de frações autónomas.

a) Considere que em Dezembro de 2012 é proferido um acórdão de uniformização de jurisprudência, que decide que é o proprietário que tem que pagar as quotas, mesmo as anteriores à aquisição da propriedade. Zulmira terá que pagar? (3 valores)

b) Considere que em Janeiro de 2013, poucos dias depois de Zulmira comprar a fração, entra em vigor uma lei que obriga os novos proprietários a pagar as dívidas atrasadas. Zulmira terá que pagar? (3 valores)

3. Responda às seguintes questões:

- a) Distinga normas especiais de normas excepcionais, exemplificando com regras do Código Civil; *(2 valores)*
- b) Distinga presunções jurídicas de ficções jurídicas, exemplificando com regras do Código Civil. *(2 valores)*
- c) Explique as vantagens e as insuficiências da Parte Geral do Código Civil neste edifício legislativo. *(2 valores)*

Duração: 2 horas e 30 minutos (sem tolerância)

Boa sorte!